

As Contradições de uma Mulher Pós-Moderna: Gênero e Violência Simbólica no Conto “Entrevista ao Vivo”, de Luci Collin

p. 21 - 32

Fernanda de Andrade¹

Resumo

Integrante do livro *Inescritos* (2004), da escritora paranaense Luci Collin, o conto “Entrevista ao vivo” oferece uma leitura muito tenaz das ideologias de gênero por meio da personagem Mara Stefan, uma mulher pós-moderna que afirma suas conquistas plenas, mas que é objetificada pela aceitação inconsciente de paradigmas da dominação patriarcal, o que Pierre Bourdieu nomeia de violência simbólica. Com efeito, este trabalho tem o objetivo de analisar a construção dessa postura de mulher e os perigos de ideologias que rondam silenciosamente, quando se acredita que nada mais deva ser conquistado. Para tanto, utiliza-se os subsídios teóricos da Crítica Feminista.

Palavras-chave: Crítica Feminista. Gênero. Representação Feminina. Violência Simbólica.

The Contradictions of a Postmodern Woman: Gender and Symbolic Violence in the Short Story *Entrevista ao Vivo*, by Luci Collin

Abstract

Integral part of the book *Inescritos* (2004), by Paranaense writer Luci Collin, the short story “Entrevista ao vivo” offers a very tenacious reading of the gender ideologies through the character Mara Stefan, a postmodern woman who claims her full achievements, but who is objectified by the unconscious acceptance of paradigms of the patriarchal domination, that Pierre Bourdieu names symbolic violence. As effect, this work aims to analyse the construction of this attitude of woman and dangers of ideologies that patrols silently, when it believes that nothing should be more conquered. For that, it uses the theoretical supports of Feminist Criticism.

Key-words: Feminist Criticism. Gender. Female Representation. Symbolic Violence.

A Crítica Feminista e o gênero em pauta na literatura: uma introdução

O Feminismo, em suas sucessivas ondas, desde o século dezoito na Inglaterra vitoriana, foi basilar para que se permitisse desnudar as práticas da opressão e da dominação em um mundo erigido sobre a tutela do patriarcalismo,

para que se colocasse em xeque as concepções essencialistas e androcêntricas de sujeito humano e para que se denunciasses as coerções veladas ou explícitas na condição de inferioridade arbitrada às mulheres. Direitos elementares, como o voto, a propriedade, a educação escolar e a ocupação de cargos no mercado de trabalho, haviam sido sistematicamente negados.

1. Mestre em estudos literários pela UEM. E-mail: fmetamorfose@gmail.com

A literatura, não por acaso, presta um válido testemunho sobre a sociedade na qual foi criada, na medida em que a atividade de produzir textos também lhes foi vetada e/ou cerceada. Diante de papéis e estereótipos fixamente postos dentro e fora do discurso literário, domínio imperativo do ponto de vista masculino, com personagens femininas que mimetizavam a destinação natural à maternidade, ao casamento e à passividade, a sorte da mulher seria ser alfabetizada e ver sua escrita ocupando diários e receitas. O monopólio falocêntrico da linguagem, por meio da escrita, veio a endossar uma práxis histórica de poder que se construiu pela cultura, pois, como esclarece Roberto Reis (1992), no interior dela, os discursos prestam-se a assegurar a ideologia dos grupos dominantes. Por isso, sua manifestação tornar-se-ia inequívoca no cânone literário, que reproduziu uma autoridade de julgamento e seleção reflexa a valores hegemônicos patriarcais, morais, étnicos e classistas. Para Rita Lemaire (1994), a história literária ocidental, de sua genealogia patrilinear, legitimou uma relação de alteridade com o segundo sexo, seja ao representá-lo como tal, seja ao silenciar uma tradição própria das escritoras.

Mesmo pairando os rastros dessa exclusão feminina no processo de construção cultural, as evidentes conquistas galgadas no século XX, que dizem respeito à noção de emancipação nas diversas áreas, tendem a mitigar e a obnubilar o caminho do constante embate que se fez e ainda se faz para colocar às claras a lógica de uma violenta dominação simbólica, enredada pelo gênero. O interstício de liberdade camufla as formas de controle e de manipulação, que são muito perigosas porque as ideologias de gênero, impostas às mulheres, mostram-se sutis na pós-modernidade, como se elas, enquanto cidadãs, já tivessem equiparado tudo. Entretanto, um árduo caminho foi perpassado até tal sensação e ele se coaduna à compreensão de como as sociedades

têm lido a questão da diferença sexual e, destarte, ao trabalho do instrumental teórico da Crítica Feminista, que se empenha, em literatura, na “[...] desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, construídas, ao longo do tempo, pela cultura” (ZOLIN, 2009, p. 218).

A Crítica Feminista contesta o argumento de que, pelo fato de homens e mulheres serem biologicamente distintos, tal distinção sexual sirva para entender e justificar a desigualdade social no papel destinado a ambos. Visa a rechaçar o determinismo biológico, sobretudo, nos termos sexo e diferença sexual, e expor “[...] o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995 apud LOURO, 1997, p. 72). A partir da década de 1960, o conceito de gênero é, então, utilizado como uma ferramenta analítica fundamental e, ao mesmo tempo, uma ferramenta política, porque se propõe a buscar razões políticas na construção da subjetividade, ao enfatizar o caráter social e histórico produzido sobre as características biológicas, ou seja, que nada foi natural na socialização dos sexos:

[...] os sistemas gênero e sexo historicamente realizados revelariam, na relação masculino e feminino, a opressão e exploração deste último pelo primeiro: a história das sociedades até agora existentes constituiria uma história da subordinação das mulheres pelos homens em base aos sistemas gênero-sexo que culturalmente produziram. Donde não se trata de pura diferença, mas sim de diferença hierarquizada em vista do poder. (CAMPOS, 1992, p.111-12).

Seguindo, pois, uma perspectiva pós-estruturalista, colhida na desconstrução proposta pelo filósofo Jacques Derrida, o feminismo crítico entende que é necessário desconstruir a perenidade dessa oposição binária masculino e feminino, historicizar a polaridade e a hierarquia nele contidas. Guacira Lopes Louro (1997) lembra que o pensamento moderno foi e é marcado pelas dicotomias das oposições binárias, do tipo homem/mulher, público/privado, razão/

emoção, dominador/dominado, que definem não só uma oposição, mas ainda a superioridade do primeiro elemento, que corresponderia aos pólos masculino/feminino. Trata-se de uma lógica de pensamento que se aprende e se inculca desde cedo, não sendo uma tarefa fácil se desvencilhar.

Em meados da década de 1980, o próprio conceito de gênero, calcado na diferença sexual, passa a ser questionado e revisitado. O propósito, ainda segundo Louro, é afastar-se de proposições dicotômicas e universalistas, entendendo-o como constituinte da identidade dos sujeitos, que possuem identidades plurais. Analogamente, Teresa de Lauretis (1997) concebe um sujeito social, constituído no gênero, mas não só por ele, e sim, engendrado, além da relação do sexo, nas experiências e relações de raça, classe, forjadas pelos códigos linguísticos e pelas representações culturais. Sob tal enfoque, o gênero não é uma propriedade inerente às mulheres por si mesmas, mas fruto dos efeitos de sua representação e/ou auto representação e de uma cadeia de discursos, de ideologias, de práticas institucionalizadas da vida cotidiana, do convívio social, de hábitos, de comportamentos e, em tudo isso, formando uma tecnologia do gênero.

A construção de uma personagem feminina, por exemplo, revela características que são próprias do ângulo de quem a organiza. A visão sobre uma personagem possui marcas fundamentadas em uma ideologia de gênero. Com efeito, por essas rupturas investidas pela crítica literária feminista, tem-se: reexaminado os estereótipos de mulheres expressos nas obras canônicas; denunciado a exclusão das escritoras do cânone; desnudado os procedimentos e pontos de vista masculinos, ditos universais; buscado a especificidade de uma tradição literária de autoria feminina que, como a de Luci Collin no conto “Entrevista ao vivo” (2004), ironiza e faz refletir acerca da emancipação da mulher pós-moderna, por meio

da representação da personagem Mara Stefan.

A literatura de Luci Collin

No Paraná, a produção literária de autoria feminina ainda anseia por maior atenção, em termos de estudos e de divulgação, mesmo a despeito da qualidade inegável da literatura de escritoras como Helena Kolody, Greta Benitez, Alice Ruiz, Adélia Maria Woellner e Luci Collin, entre tantas outras. Luci Collin, como exemplo, é um dos nomes mais contundentes da nova ceara de escritoras paranaenses, tanto na prosa, quanto na poesia. Nascida em 1964, curitibana, doutorada em Letras, Collin é professora na Universidade Federal do Paraná e suas publicações datam a partir de 1984, com poesias, contos e a direção de peças teatrais, tendo trabalhos premiados, inclusive, internacionalmente. Em poesia, constam publicações como *Ondas e Azuis* (1992), *Poesia Reunida* (1996), *Todo Implícito* (1998) e, na prosa, os livros de contos *Lição Invisível* (1997), *Precioso Impreciso* (2001), *Inescritos* (2004), *Vozes num Divertimento* (2008) e *Acasos Pensados* (2008).

Na análise de Borges Teixeira (2008), Collin autodefine sua escritura como sendo transgressora à literatura contemporânea, já que não segue regras pré-estabelecidas e regressa pela linguagem a um experimentalismo modernista. O livro *Inescritos* (2004), obra ao qual pertence o conto “Entrevista ao vivo”, torna-se exemplo dessas características, pois, nas suas vinte narrativas, é transpassado por uma heterogeneidade de formas, tais quais: a paródia, o ensaio acadêmico, a entrevista (no conto em análise), o diário e o roteiro cinematográfico. A inovação torna-se flagrante na técnica, com colagens, múltiplas interpretações em aberto, a não preocupação em relatar fatos de uma ação ou um enredo inteiriço, e sim “[...] o contato do leitor com a obra e os desdobramentos de sua subjetividade” (BORGES-TEIXEIRA, 2008, p.

75).

De fato, o enredo tradicional parece não existir em meio à originalidade e à diversidade das situações vividas. Estrategicamente, brota uma variedade de personagens mulheres, que não parecem serem contadas, mas elas mesmas mostrando sua subjetividade, anseios e dúvidas nesse não-enredo. Muitas delas passam a limpo, em curtas anotações, cenas marcantes da vida e do cotidiano. Com efeito, Borges Teixeira (2008) mostra que Collin é vigilante em relação à realidade feminina, expondo, em meio a fatos rotineiros, o amor, a dor, o desejo, a negação, os problemas sociais, a tradição e a ruptura. Mais do que isso, há um intenso convite a refletir acerca do sujeito pós-moderno consubstanciado por essas abundantes identidades femininas, que parecem formar um mosaico de vozes de aparência desconexa e/ou ser apenas uma ideia de mulher que está se construindo na contemporaneidade. Aliás, para a estudiosa, a tese central de Inescritos (2004) é a de que a história ainda não foi completamente escrita e de que tudo não passa de obra do pensamento, tal como esse sujeito pós-moderno, fragmentado em uma teia de experiências e de novas injunções:

Há uma história a ser construída, as peças de um quebra-cabeça, que devem ser organizadas e montadas. Talvez seja a condição do sujeito contemporâneo, que, fragmentado, concentra em si marcas do presente, do passado e- por que não – do futuro, num emaranhado desconexo e excessivo de informações que o caracterizam e o descaracterizam, num ciclo ininterrupto [...] É a autora, dessa forma, parte das questões filosóficas de seu tempo (BORGES-TEIXEIRA, 2008, p. 87).

Para os leitores, então, cabe um papel fulcral, que é o de co-construir a história, em um desafio constante, em termos formais, linguísticos e ideológicos. A literatura de Luci Collin constitui um convite incessante a pensar e, entre tantas coisas, sobretudo, acerca do fazer literário e da condição feminina na pós-modernidade, como no conto “Entrevista ao vivo”, ao ironizar

formas sutis e persistentes de manipulação e de dominação, doravante perscrutadas.

A persistência da violência simbólica

A maneira como a sociedade ocidental vem sendo conduzida testemunha uma esteira de relações binárias em que a mulher sempre ocupou o espaço subordinado ao homem. O desiderato da crítica literária feminista é deslindar essas fronteiras impostas pelo gênero, convidando o leitor a desvelar os traços de opressão ocultos. Tal ponto de vista torna-se fundamental para a leitura das antigas e novas demandas sociais que se impõe às mulheres em tempos pós-modernos, nos quais, se por um lado, as conquistas emancipatórias mostram-se facilmente, por outro, subjazem ideologias e discursos que tendem a escamotear velhas formas de coerção.

Muraro (1992) indica, nesse sentido, que por trás de uma estrutura competitiva universal, a mulher conservou uma psique semelhante à de culturas arcaicas, já que continua ligada a valores, de solidariedade e de partilha, vinculados ao domínio privado, e ao sentimento de inferioridade, que são inculcados desde cedo. De modo oposto, o domínio público, insuflado pelo mercado de trabalho, força-as, em desvantagem, a entrar em contradição com aquela identidade, sendo puxadas e cindidas a assumirem valores masculinos, como um impasse, com vistas a ratificar sempre uma forma de dominação.

Em linhas paralelas, Bourdieu (2005) propõe investigar os traços dessa construção histórica, no que chama de dominação masculina, uma estrutura social que impõe a força da ordem masculina e permite a perenidade das mais inaceitáveis formas de opressão, como se fossem naturais, inclusive pela ótica do dominado. Trata-se também de uma dominação simbólica, na medida em que se encontra arraigada no inconsciente coletivo

e endossada por instituições como a família, a escola, o estado, a mídia, de tal modo que a mulher acaba por confirmá-la. O teórico empreende a tarefa de desnudar os esquemas inconscientes de assimilação dessa ordem androcêntrica, que são esquecidos na naturalização da construção histórica.

A ordem social funcionaria como uma imensa máquina que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça, mimetizando a divisão sexual hierarquizada masculino/feminino: na divisão social do trabalho; nos locais (rua/casa); na estruturação do tempo em constantes momentos de ruptura masculinos e longos períodos de gestação/amamentação; do corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios e símbolos da divisão sexual (BOURDIEU, 2005, p. 18-19). As chamadas a essa ordem androcêntrica encontrar-se-iam nas infinitudes de injunções do cotidiano; na família que inculca a docilidade e a realização das tarefas domésticas; na orientação para certas profissões para os quais as mulheres foram feitas; no rebaixamento do status das atividades por elas realizadas; na atitude de reduzi-las a uma feminilidade de roupas, penteados e sapatos; na experiência com o próprio corpo que deve sempre agradar o olhar do homem, como um objeto atraente e desejável; e na ansiedade que esse fique impecável para tanto, entre tantas outras chamadas. Com efeito, essa incorporação da dominação é resultante daquilo que Pierre Bourdieu entende pelo processo de violência simbólica:

Sempre vi na dominação masculina, e no modo com é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento (BOURDIEU, 2005, p. 07-08).

Tal violência poder ser observada com muita propriedade na construção da personagem Mara Stefan. O discurso dela, enquanto mulher emancipada e sujeito de suas ações, cai em contradições absurdas, mostrando que, por trás de clichês pretensamente feministas, ela mesma se enreda e se objetifica por essa violência simbólica. Uma violência que é sutil porque a força da ordem patriarcal prescinde de legitimação, mas está sempre em torno, e a literatura sabe expressá-la.

Mara Stefan, uma mulher pós-moderna, mas objetificada

O Conto “Entrevista ao vivo”, presente em *Inscritos* (2004), tem a forma de uma entrevista, como o título faz referência, e apresenta o discurso direto de apenas dois personagens, Célio Ventura, o entrevistador, com suas perguntas em certo tom de sarcasmo e ironia, e Mara Stefan, eleita a brasileira do século, a entrevistada, com suas pueris respostas povoadas de clichês, de erros de Português e de incoerências. Sem a intervenção de um narrador, trata-se de onze perguntas e respostas subsequentes que descortinam as facetas e/ou identidades dessa mulher, que se mostra contraditória, alienada e, por fim, objetificada por valores patriarcais, presentes na aceitação inconsciente da dominação masculina, daquilo o que Bourdieu (2005) denomina de violência simbólica, e que subjazem, mesmo a despeito de um discurso demagogicamente feminista: “[...] venho lutando por isso há mais de vinte e cinco anos [...] Eu vejo isso como uma vitória da mulher, indiscriminada, no sentido que nós estamos virando a mesa, tendo iniciativa privada, efetivando” (COLLIN, 2004, p. 91).

No discurso de Mara Stefan, as contradições ideológicas, as respostas evasivas e uma absurda falta de conhecimento destoam do que seja esperado para uma senadora, ex-professora

emérita nos Estados Unidos, uma mulher que foi eleita a brasileira do século (mesmo que por motivos não revelados), que foi mãe solteira por mais de dezessete anos e, enfim, que se vê emancipada. Tais incongruências podem ser percebidas pelas respostas a seguir:

C: E as fotos pra aquela revista masculina, ajudaram?

M: Minha mãe gostou. O Glênio gostou. É uma coisa de ser-um ser pro outro, sabe como? Eu sempre analiso a pessoa como um ser que vive, é de pele e osso (COLLIN, 2004, p. 92).

C: Daí o Stefan?

M: [...] este é o sobrenome do meu segundo, que eu adotei. E eu detesto toda a burocracia que existe pra mudar de nome, sabe como? Sou reacionária (COLLIN, 2004, p. 93).

C: O que é que torna uma mulher atraente?

M: O cardeal Mazzaronni tem uma frase muito bonita [...] É mais ou menos isto: o que você pode dizer 'Eu conquistei isto hoje' é fruto do teu verdadeiro esforço quando você se faz necessário. Eu venho fazendo parte da história deste país, voto, sou votada, participo, tive grandes amores entre os 'poderosos' (COLLIN, 2004, p. 93).

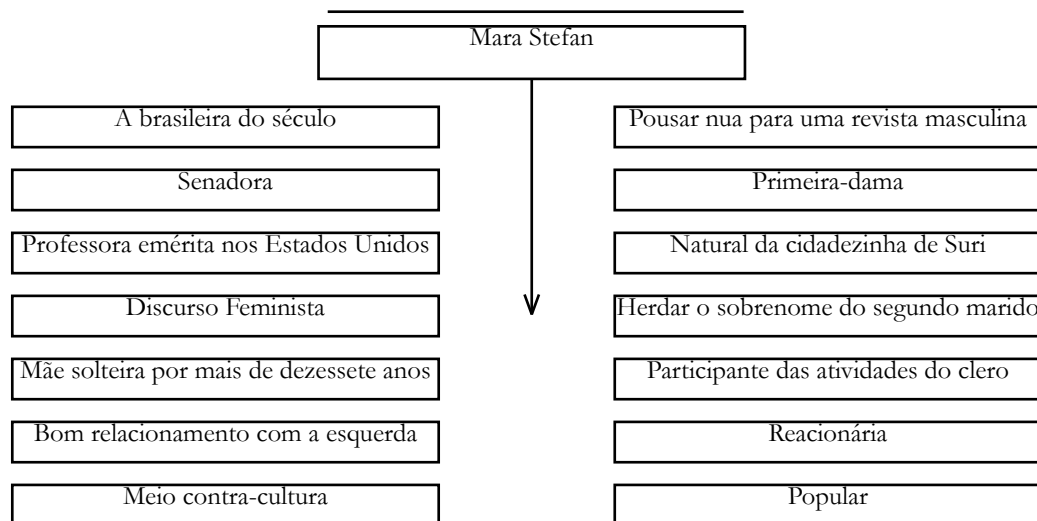
Por meio da ironia e do humor de condições tão díspares reunidas em uma só personagem, o texto é uma crítica a uma postura de mulher e aos valores que são típicos da pós-modernidade, na medida em que as identidades culturais, como as de gênero, classe e etnia, não oferecem mais claras localizações de que papel ocupar e, com efeito, os perigos de ideologias, como essas de gênero, rondam silenciosamente. O conto de Luci Collin

propõe-se a satirizar uma forma de emancipação feminina, representada por Mara Stefan e o uso falacioso que ela faz do discurso feminista.

Se dantes os indivíduos projetavam, seguramente, a si mesmos nas identidades que eram únicas e estáveis, de acordo com Hall (2005), o processo de identificação tornou-se mais provisório e problemático. O estudioso postula que o movimento feminista, insurgido na década de 1960, foi um dos grandes responsáveis por construir o sujeito pós-moderno, já que a esteira das reivindicações identitárias do Feminismo, outros movimentos sociais lutariam por suas específicas identidades sociais.

A identidade passou a ser formada e transformada continuamente, em relação às distintas maneiras pelas quais o sujeito é interpelado nos sistemas culturais, sendo confrontado por “[...] uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2005, p. 13). O sujeito pós-moderno tornou-se fragmentado por várias identidades, algumas delas contraditórias, empurrando para diferentes direções, como é maximizado na representação de Mara Stefan:

Para essa mulher pós-moderna, então, é que recai a atenção do texto de Luci Collin. Em específico, para as “ciladas” que tendem a objetificá-la em um mundo erigido sobre uma



1. Diagrama que expõe as identidades contraditórias da personagem Mara Stefan

cultura patriarcal, que exige uma socialização coercitiva. A noção de violência simbólica, tal como assinala Pierre Bourdieu (2005), está embrionada no modelo de sociedade que se pretende naturalmente própria das relações humanas, mas que tende a confinar à mulher na subserviência das ideologias de gênero.

Com efeito, Mara Stefan, a mulher “independente” e portadora de tantas conquistas é a mesma que se coloca “naturalmente”, como dependente e sempre subsidiada da presença do homem, ao: pousar nua para uma revista masculina; ser intitulada primeira-dama; admitir manter o sobrenome Stefan, herdado do segundo marido. Ela aceita algumas das incontáveis “chamadas”, pelas quais a mulher é submetida à ordem androcêntrica da sociedade, em que ela ocupa o papel de “segundo sexo”, já que as representações do sexo feminino na cultura são cerceadas pela imagem do sujeito masculino, isto é, na ausência do sexo masculino, a mulher deixa de existir. Eve Sedgwick (1993, *apud* LOURO, 1997, p. 54) lembra que o uso do nome de casada torna evidente tanto uma subordinação como mulher, quanto o privilégio em uma presumida heterossexual.

Há de se constatar, além disso, que os parceiros escolhidos por Mara são homens “poderosos”, o que, na análise de Pierre Bourdieu (2005), confirma o fato de as mulheres ligarem sua identidade à relação com que formam com os homens. Por isso, tendem a exigir parceiros que ocupem a posição dominante no casal, ou seja, que eles sejam reconhecidos por sua dignidade, para que elas também o sejam: “[...] elas só podem querer amar um homem cuja dignidade esteja claramente afirmada e atestada no fato, e pelo fato, de que ele as supera” (BOURDIEU, 2005, p. 48). A construção da personagem mostra que existe uma estrutura social dominante, em que a mulher entende o casamento como um passo

fundamental: “[...] o casamento continua sendo, para as mulheres, o meio privilegiado de obter uma posição social” (BOURDIEU, 2005, p. 49).

Para Bourdieu (2005), o casamento é uma das peças centrais de perpetuação da dominação masculina, é o local de permanência do capital simbólico, assim como a Igreja, o Estado, a Escola, que perpetuam as estruturas de dominação. Dessa forma, ao longo da história das sociedades, foi sendo construída a subordinação feminina com base no sistema gênero-sexo, transformando a diferença sexual em diferença hierarquizada. O matrimônio estabelece a “economia dos bens simbólicos”, uma vez que, por meio dele, a mulher é convertida em objeto de troca. Essa postura cultural tem ligação com os postulados da casa patriarcal, em que ela deixa de pertencer ao espaço dominado pelo pai para compor o universo de domínio do marido. Tal hierarquia torna-se clara quando Mara Stefan é questionada sobre a origem de seu nome e mostra que os nomes de seus irmãos são oriundos da adição de nomes masculinos seguidos pelos femininos. Aliás, a avó materna, que era índia, é lembrada em associação com o marido que era alemão.

As relações sociais, em especial as relações matrimoniais e familiares, são calcadas em estruturas convencionais. A mulher incorpora, por meio dessas estruturas, a relação de dominação e passa a acreditar que é de sua responsabilidade preservar o casamento e a família. Pierre Bourdieu (2005) considera que são os corpos masculinos e femininos que fundamentam essa construção androcêntrica do princípio das relações de gênero, pois a própria reprodução biológica sustenta a organização simbólica da divisão social do trabalho como uma arbitrariedade humana. No conto, cabe à Mara Stefan, então, assumir o estereótipo da mulher, devotada à maternidade e aos cuidados domésticos: “Quero ter meu filho com dignidade; o que importa é que aquela coisinha

me aceite como mãe e eu a ele numa integração de cumplicidade [...] E também aproveitar a casa nova na praia que ficou linda” (COLLIN, 2004, p. 96).

Todas as maneiras, assim, em que o sexo feminino se submete ao masculino nessa hierarquia naturalizada, caracterizam o que o referido teórico considera como violência simbólica que

[...] se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante [...] quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2005, p. 47).

A representação de Mara Stefan alerta que, mesmo diante das conquistas reivindicadas/conquistadas pelo Feminismo, o caminho que a mulher tende a percorrer para uma emancipação é mais árduo do que parece. Por meio da personagem, descortina-se essa forma de violência que Bourdieu (2005, p. 47) perscruta como “doce e quase sempre invisível”, na qual as mulheres são convidadas a assumirem um papel inferior, o do feminino submisso ao masculino, mesmo que inconscientemente.

Uma mulher oprimida

Não por acaso, pelas duas posições de sujeito entrevistador/entrevistado, homem/mulher, forma-se uma dicotomia que reproduz o arraigado oposto binário masculino/feminino. Nesse sentido, a personagem Mara Stefan não somente cai nas falácias do próprio discurso, mas também incorpora as chamadas à ordem androcêntrica impostas pelo discurso do

entrevistador Célio Ventura. O tom de deboche, com que profere determinadas perguntas, ressalta que ele subestima a interlocutora, já que de início erra o nome da entrevistada, que ironicamente foi escolhida a brasileira do século. Articula perguntas que em nada esclarecem o fato de ela ter sido escolhida a brasileira do século ou que enalteçam as suas conquistas, pelo contrário, as questões ajudam a desmerecê-la, evidenciando-a mais como uma alpinista social que galgou espaços políticos no envolvimento amoroso, do que pelo trabalho. Ou ainda, tende a reduzi-la a uma feminilidade ligada à estética, à emotividade e ao erotismo:

C: Me desculpe ... pois é, Mara, enfim, como é que você está se sentindo agora que foi escolhida ‘A brasileira do século’ pela revista ‘Sistema Et Criatividade?’ (COLLIN, 2004, p. 91).

C: E seu envolvimento prático com a política, primeiro como senadora e depois como primeira-dama? (COLLIN, 2004, p. 92).

C: E as fotos pra aquela revista masculina, ajudaram? (COLLIN, 2004, p. 92).

C: O Waldiney Lima disse que você foi contraditória no seu último livro. Isto lhe perturba? (COLLIN, 2004, p. 94).

C: O que é que torna uma mulher atraente? (COLLIN, 2004, p. 95).

Esse tratamento, dispensado à personagem, declara um dos atos discriminatórios flagrantes à violência simbólica, em que se exclui a mulher de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos, chamando-as à sua feminilidade, ao “[...] desviar a atenção para seu penteado, ou para tal qual traço corporal, ou de usar, para se dirigir a elas, de termos familiares (nome próprio)” (BOURDIEU, 2005, p. 74). O embate entrevistador/entrevistada, endossa, então, uma das manifestações dessa violência, resultante da dominação masculina, em que a mulher é convidada a assumir uma subalternidade:

Quando elas participam de um debate público, elas têm que lutar permanentemente, para ter acesso à palavra e para manter a atenção e a diminuição que elas sofrem é ainda mais

implacável [...] cortam-lhes a palavra, orientam, com a maior boa-fé, a um homem a resposta a uma pergunta inteligente [...] Esta espécie de negação à existência as obriga, muitas vezes, a recorrer, para se impor, às armas dos fracos, que só reforçam seus estereótipos (BOURDIEU, 2005, p. 74).

Se Mara, inicialmente, mostra certo revide ao também errar o nome de Célio, por outro lado, ela depois aceita o papel feminino que lhe é conferido pelo discurso dele. As respostas confirmam estereótipos associados à mulher, como o de alienação, o de erotização, o de falta de objetividade, a tendência à emotividade e a preocupação com banalidades. Abundam as expressões “Beijo, Suri!” e os diminutivos “ladinho” e “reflexãozinha” que denotam a infantilidade e a alienação das ideologias enviesadas de Mara, que, ironicamente, não condizem com as de uma mulher eleita a brasileira do século, mas que está suscetível as coerções tácitas, que não a permitem enxergar o construto histórico e social por trás de um conceito de mulher e de feminilidade, que ela própria faz uso em seu discurso.

Uma mulher dependente do olhar do outro

Bourdieu (2005) assinala que tudo na socialização da mulher, como as roupas, a postura corporal, tende a fazer com que ela encare a experiência com o corpo à constante prova do olhar e da aprovação do outro. Trata-se do sentimento de só existir pelo olhar e pelo julgamento dos que a circundam, uma forma da dominação masculina, que as concebem como objetos simbólicos a serem submetidos ao veredicto do olhar, tal qual sempre um ser percebido e nunca ter o poder de perceber, o que

[...] tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femi-

ninas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que aquiescência em relação às expectativas masculinas (BOURDIEU, 2005, p. 82).

Nas obras literárias, frequentemente, vê-se representações da mulher ancoradas em estereótipos, como o do corpo feminino enquanto objeto de desejo erotizado. Mulatas, mulheres negras e escravas, transfiguradas na literatura, constituem exemplos desse tipo de submissão, em que elas deveriam suprir os desejos de seus donos e serem vistas como tal. Em *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, as personagens Rita Baiana e Bertoleza não existem senão pelo olhar dos homens que as objetificam. Deveras, personagens-mulheres-narradoras, nessas condições de alteridade, dificilmente têm a chance de narrar pela própria voz.

Nesse sentido, a sexualização do corpo instaura-se enquanto atributo concedido por escritores homens, de um cânone, muitas vezes, elitista e sexista. No entanto, “[...] tal feminilidade é puramente uma representação, um posicionamento dentro do modelo fático de desejo e significação; não se trata de uma qualidade ou de uma propriedade da mulher” (LAURETIS, 1994, p. 230).

As representações literárias estereotipadas acabam por reduzir o papel da mulher ao de uma feminilidade ligada ao erotismo e/ou a papéis assim como são alastrados em vários discursos e propagandas veiculados pela mídia, em que os corpos femininos ficam expostos para a apreciação do agrado masculino. Esse tipo de violência simbólica, pela qual a mulher é constantemente interpelada, torna-se bastante flagrante na pós-modernidade, seja por um culto exacerbado a padrões estéticos e comportamentais, seja nos diversos discursos em que o corpo é feminino é tomado como objeto, tal qual as revistas de nu

feminino o fazem.

Em “Entrevista ao vivo” (2004), o discurso da personagem apresenta essa constante preocupação em agradar o outro. Seu engajamento político, o fato de ter posado nua e sua retórica feminista parecem estar engendrados a essa necessidade:

C: E seu envolvimento prático com a política, primeiro como senadora e depois como primeira-dama?

M: Olha, eu lutei muito por isso sabe, Célio. Eu sempre me relacionei bem com pessoal da esquerda, sempre participei avidamente das atividades coletivas do clero, gosto de esporte tipo vôlei, fiz 190.000 votos só em Suri [...] Beijo gente de Suri! (COLLIN, 2004, p. 91).

C: E as fotos pra aquela revista masculina, ajudaram?

M: Minha mãe gostou. O Glênio gostou. É uma coisa de ser-um ser pro outro, sabe como? Eu sempre analiso a pessoa como um ser que vive, é de pele e osso (COLLIN, 2004, p. 92).

C: Para finalizar, Mara, projetos?

M: [...] Quero terminar as gravações dos meus discursos em universidades públicas, ver as mulheres sorrindo e ter a sensação de entretenimento e luta, daquela coisa mágica, envolvente (COLLIN, 2004, p. 95-96).

O populismo político, exercido pela personagem, mostra-se esvaziado de quaisquer valores ideológicos consistentes, tais como os clichês feministas, que são usados por ela. Aliás, os ideais feministas parecem mais ser uma fachada para arrebatrar os eleitores, ou melhor, eleitoras menos informadas.

Uma mulher alienada

O movimento feminista foi responsável por abrir para a contestação política, domínios da vida social antes interditados, como a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão das tarefas, o cuidado com as crianças. Ele questionou a clássica divisão entre público e privado, perscrutando tanto dimensões subjetivas da identidade feminina, quanto políticas. Enfatizou,

como uma questão política e social, “[...] o tema da forma como somos formados sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade, e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)” (HALL, 2005, p. 45).

Diante de tais prerrogativas, há de se constatar que Mara Stefan faz um tipo de discurso feminista que destoa e é falacioso em relação às práticas feministas, que, de fato, visam a desnudar as ideologias de gênero, embutidas na forma como a sociedade, por meio da cultura, naturalizou e socializou a dominação masculina. Não por acaso, o discurso da personagem demonstra que ela se aliena, não só em relação a essas questões, pelas quais se diz porta-voz, mas apresenta flagrante aceitação daquela dominação. Mais do que isso, não se torna capaz de tecer argumentos que denotem criticidade em relação a questões sociais, políticas e econômicas, como nos excerto seguintes:

A gente tem muito o que caminhar ainda. Mas as coisas estão mudando. Quando eu era pequena sucrilho era coisa da elite! Hoje em dia os mais jovens não valorizam o conteúdo. Ontem mesmo minha a minha massagista disse que o cachorrinho dá um gasto de mais ou menos um salário por mês (COLLIN, 2004, p. 93).

C: Como é que você vê este aquecimento súbito da economia. Isto lhe afeta?

M: Afeta. E eu vou dizer por quê. Ou melhor, vou dar um exemplo. Quando eu era professora emérita nos Estados Unidos, se você sai de casa sem uma moeda, você simplesmente não estaciona o teu carro! (COLLIN, 2004, p. 93).

Suas opiniões equivocadas atribuem-lhe um estereótipo de alienação, que é característico da violência simbólica que exclui as mulheres dos assuntos sérios, que as confina ao espaço doméstico e às atividades associadas à reprodução. A psique da personagem em questão está em conformidade com uma estrutura patriarcal de dominação, mesmo a despeito da ironia de ter sido a eleita brasileira do século, de ser uma senadora

e, enfim, uma mulher que afirma suas conquistas.

Deveras, a alienação, a opressão e a objetificação, dessa mulher pós-moderna, mostram uma crítica contundente à tendência de se falar em tempos pós-feministas, nos quais todas as reivindicações emancipatórias estariam atendidas. Entretanto, o período é de amadurecimento acerca dos resultados positivos, negativos e do que resta fazer, lembrando que se busca igualdade na diferença. Mara Stefan possui uma específica ideologia de gênero, o que lembra que o próprio discurso do Feminismo tem a capacidade de produzir um espaço engendrado e que não se coaduna aos limites da casa patriarcal. Nesse sentido, Mara Stefan representa um alerta para os perigos recônditos da violência simbólica, inclusive na pós-modernidade.

Considerações finais

O texto de Luci Collin brinda o leitor e a Crítica Feminista com uma leitura muito tenaz e sutil das ideologias de gênero, por meio da representação de Mara Stefan. Em uma possível leitura, constatou-se, que mesmo a despeito das conquistas citadas pela personagem, subjazem valores que a fazem aceitar a ordem patriarcal, por isso, característicos de uma violência simbólica, nos termos postulados por Bourdieu (2005). O discurso pretensamente feminista não consegue esconder que se trata de uma mulher objetificada. Ademais, a construção de Mara Stefan, seu conflito identitário, constituem críticas a uma postura de sujeito pós-moderno, que se faz crer emancipado, mas sob a qual se escondem os signos da alteridade, como foi o caso da personagem analisada.

Referências

BORGES-TEIXEIRA, Níncia C. R. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, Maria C. Cunha. Gênero. In: JOBIM, J. L. *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

COLLIN, Luci. *Inescritos*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMAIRE, Rita. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, H. B. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, J. L. *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Crítica Feminista*. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. *Teoria literária*:

abordagens e tendências contemporâneas. 3. ed.
rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

Artigo enviado em: 15/05/2013

Aceito em: 27/07/2013